

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

**POLÍTICA, CIDADE E URBANISMO EM BUENOS AIRES:
REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE HISTÓRIA URBANA**
SESSÃO TEMÁTICA: TEORIA E MÉTODO EM HISTÓRIA DA ARQUITETURA E
DA CIDADE

Ana Carolina Oliveira Alves
UNICAMP
anacarolinaoa@hotmail.com

POLÍTICA, CIDADE E URBANISMO EM BUENOS AIRES: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE HISTÓRIA URBANA

RESUMO

Busca-se compreender a dimensão política do espaço público da Plaza de Mayo, em Buenos Aires, a partir de uma aproximação com a arquitetura e o urbanismo. Esta praça, que há mais de quatro séculos se configura de forma central no espaço da capital, se constituiu em torno de importantes instituições e foi alvo de ações que buscaram ressignificá-la. Nos interessa analisar as interações entre cidade, arquitetura e sociedade na capital argentina a partir de amplas concepções destes conceitos que são complexos e envolvem dinâmicas e disputas que modificam a materialidade da cidade e seu simbolismo, que consideramos como importante elemento de sua constituição. A praça é continuamente ressignificada, constituindo novas camadas que atualizam os sentidos e sobrepõem significados em um espaço utilizado como expressão de poder. Um espaço representativo que reflete interesses específicos e cuja simbologia foi usada para consolidar a representação do poder: adquirindo funcionamento de espaço público e possibilitando a continuidade deste caráter. É uma luta política que acontece também na esfera pública e no espaço público. Debateremos esse caráter por uma aproximação com a arquitetura e o urbanismo que são imprescindíveis para esta proposta. Tal aproximação, apesar de desafiante, é necessária e profícua. Portanto, refletimos sobre as questões teórico-metodológicas que orientam a investigação histórica e como esta pode beneficiar-se destes campos disciplinares que, introduzem novas fontes como possibilidades e alargam as interpretações daquelas mais tradicionais. Discutiremos o espaço da praça e sua dimensão política através de documentos que podem representar desafios aos historiadores, mas que, se consideramos uma perspectiva ampliada de cidade e de arquitetura, tornam-se essenciais para construir novas narrativas a partir da discussão sobre como as cidades concebem discursos e como, ao mesmo tempo, são concebidas por estes.

Palavras-chave: Plaza de Mayo. Buenos Aires. História Urbana.

POLITICS, CITY AND URBAN PLANNING IN BUENOS AIRES: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL REFLECTIONS ON URBAN HISTORY

ABSTRACT

This work aims to comprehend Plaza de Mayo's (in Buenos Aires) political dimension, through an approximation with architecture and urbanism. This square, which, for more than four centuries, has become central in the capital's urban space, has been constituted around important institutions, and many actions have tried to reframe it. Our goal is to analyze the interactions between the city, architecture and society in Argentina's capital through broad understandings of these concepts, which are complex and involve dynamics and disputes that change the city's materiality and symbolism, which we consider an important element of its constitution. The Square is continuously reframed, constituting new stratum that update the original meanings and overlap them in a space that is used as expression of power. A representative space that reflects specific interests and which symbology has been used to consolidate the representation of power: functioning as a public space and making its continuity possible. It is a political struggle that also happens in public sphere and public space. We aim to debate this feature with an approximation with architecture and urbanism, which are necessary for this proposition. Such approximation, though challenging, is necessary and profitable. Therefore, we must think over the theoretical-methodological that guide the historical investigation and how it can take

advantage of these disciplinary fields, which, introduce new sources as possibilities and broaden the interpretations. We intend to discuss the square's space and its political dimension through documents that can represent challenges to historians, but that, if we consider the city's large perspective and architecture, become essential to build new narratives through the discussion of how cities conceive speeches, and how, at the same time, are conceived by them.

Keywords: Plaza de Mayo. Buenos Aires. Urban History.

1. INTRODUÇÃO

Seria um lugar comum começar esse texto citando uma das mais lembradas frases do livro *Cidades Invisíveis* na qual Ítalo Calvino afirma que aproveitamos da cidade as respostas que esta concede às nossas perguntas. Apesar de utilizada em diversos dos textos que versam sobre a cidade, assim como outras passagens deste mesmo livro, esta frase ilustra e nos faz questionar quais são as respostas que recebemos das cidades e, principalmente, quais são as perguntas que continuamos fazendo – por serem estas objetos capazes de condensar questões das mais variadas e complexas.

Compreender, entretanto, estas questões, não é tarefa simples, já que a vida e o espaço urbano passam por constantes transformações estruturais e de ocupação que alteram não só a forma com que nos relacionamos com os espaços da cidade, mas também os saberes que mobilizamos para analisarmos estes objetos. A História e as Ciências Humanas não ficaram alheias aos estímulos de estudar, a partir de distintas perspectivas, a cidade como forma de organização social acompanhando uma tendência de interesse de vários campos a partir, principalmente, da ruptura provocada pelo século XX no qual a condição de viver nas cidades não mais poderia ser considerada exceção¹. Para Bresciani, foi no século XIX que as cidades ofereceram grande material para observação e avaliação e foi a partir desta primeira base de estudos que foram elaboradas, escolhidas e executadas propostas de intervenção, pela iniciativa privada e pelos poderes públicos².

Os rumos atuais das pesquisas sobre cidade se distanciaram daqueles primeiros realizados e têm promovido pesquisas interdisciplinares que mobilizam diferentes campos do saber para compreender a complexidade e amplitude deste objeto de pesquisa³. A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade constitutivas do campo do urbanismo foram atestadas também por Bresciani como perceptível desde o século XIX e evidenciadas pelas trocas e diálogos diretos ou não entre profissionais de várias áreas e diversos países que pautaram intervenções urbanas a partir de teorias higienistas, técnicas sanitárias e preocupações estéticas⁴. Os princípios conceituais formulados nesta época ainda se fazem presentes em análises críticas

¹ Barros, José d'Assunção. Cidade e História. Petrópolis: Vozes, 2007.

² Bresciani, M. S. M. "História e Historiografia das cidades, um percurso" In.: Freitas, M. C. de. Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998

³ Em um balanço do percurso da reflexão histórica relacionada com a cidade, Ronald Raminelli trabalha com diversos autores para compreender as reflexões próprias da história da cidade – ainda que não se limite para isso a historiadores. O autor parte desde a preocupação com as cidades-Estado presente na obra de Fustel de Coulanges passando pela perspectiva ligada à economia de Max Weber até chegar ao que chama de novos rumos desse nicho historiográfico dentre os quais destacam-se Lewis Mumford, George Simmel e Walter Benjamin. Ver: Raminelli, Ronald. História Urbana. In: Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo. Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997.

⁴ Bresciani, M. S. M. . Interdisciplinaridade - transdisciplinaridade nos estudos urbanos. In: Engel, Magali Gouveia; Corrêa, Maria Letícia; Santos, Ricardo Augusto. (Org.). Os intelectuais e a cidade. séculos XIX e XX. 1ªed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012

das cidades e são permeados por conflitos e negociações tornando necessária uma reflexão histórica. Os debates sobre a concepção de cidade são importantes e reforçam o papel da história em meio a este campo interdisciplinar.

O foco deste trabalho é mapear algumas questões fundamentais que foram e são mobilizadas nos estudos dos fenômenos urbanos utilizando como tema norteador o estudo da Plaza de Mayo, em Buenos Aires. Pretendemos, a partir da discussão de algumas destas questões, compreender a dimensão política do espaço público da praça, a partir de uma aproximação com o campo da arquitetura e do urbanismo. Assim, buscamos compreender como este debate conceitual pode ser incorporado no estudo deste tema e refletir sobre como a pesquisa histórica pode se utilizar de fontes tradicionalmente associadas a outros campos e qual sua contribuição nesta análise.

2. Urbanismo e Política: uma relação simbólica

As relações entre os conceitos de Público, Espaço e Arquitetura são complexas e intrigantes. Estas relações evidenciam uma interligação entre tais conceitos que se apresenta em formas materiais e simbólicas. Os espaços urbanos são locais de negociações e disputas de interesses entre grupos e indivíduos, sendo o conflito inerente a sua composição que é, além de estética, política. Partimos, portanto, de uma concepção ampliada destes conceitos, compreendendo-os como artefatos culturais complexos perpassados por variadas dinâmicas e disputas que interferem na sua constituição.

O espaço público urbano se configura de maneira plural a partir da apropriação de diferentes grupos que o compreendem como local de expressão de suas demandas. A categoria de espaço público é utilizada em diversos campos com diversas intenções, o que alarga suas complexidades e ambiguidades já que se relaciona diretamente com práticas e experiências cotidianas dos indivíduos responsáveis pela sua alteração e redefinição. Por isso, compreender como algumas destas práticas e experiências cotidianas se conformam nos permite pensar em certa multiplicidade de interações públicas que acontecem de formas simultâneas e (re)definem também o espaço urbano.

Assim, este espaço é compreendido como espaço da ação política como destacam as contribuições de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Em Arendt o espaço público aparece desta forma compondo a esfera pública em oposição à privada⁵. Já para Habermas o espaço

⁵ Arendt, Hannah. As esferas pública e privada. In: A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p.59-83

público seria o lugar da ação comunicativa e do uso livre e público da razão⁶. Para Gorelik, espaço público se configura como uma “categoria-ponte” por indexar em um mesmo conceito diferentes dimensões – a da política e da sociedade –conectando distintas esferas que atuam e operam na cidade em transformação a partir de suas representações⁷. A proposta do autor é que além de considerar a capacidade da categoria de colocar unidas diferentes esferas, convenha decompor estas partes para compreender o que se passa com a cidade e com a política – agregando a este espaço qualidades sociais e políticas.

A Plaza de Mayo se configurou de forma central no espaço urbano da capital argentina há mais de quatro séculos, sendo envolvida em diversos acontecimentos que marcam a história do país. A praça se constituiu em torno de importantes instituições políticas, religiosas e financeiras e foi alvo de ações que buscaram se apropriar ou ressignificar seu espaço. Partimos aqui da ideia de que distintos espaços da cidade ganham novos significados relacionados também com a sua dimensão simbólica visto que reproduz ideias de cultura e relaciona sujeitos e suas subjetividades cotidianamente na produção e reprodução de espaços, como a praça. As referências espaciais e as temporais, são constituintes desta dinâmica de construção de identidades que envolve, nas cidades, um complexo fluxo de pessoas, capitais e signos. Estes espaços, incorporando o âmbito da sociabilidade e da expressão política e cultural, se assumem como locais de condensação da identidade das cidades e ficam inseridos nas políticas orientadas para sua transformação.

Consideramos que devemos considerar as dimensões material e simbólica da cidade como elementos de sua constituição. Concordamos com estudos que ressaltam a importância da ampliação das análises sobre as cidades como objeto para a história, a fim de permitir uma compreensão rica a partir de narrativas e vivências que cumprem diversos papéis rotineiramente – sejam políticos, econômicos, sociais ou culturais – constituindo elementos relevantes nas interpretações da História Urbana. Essa ampliação se faz necessária principalmente se considerarmos a presença oblíqua da cidade como objeto de pesquisa histórica atestada por Cerasoli e Carpintéro⁸.

Buscamos evidenciar estudos formulados a partir destas perspectivas e que ajudaram a definir novos caminhos para os estudos das cidades. O aporte de Choay foi essencial neste sentido já que a autora se deteve a analisar a relação entre a dimensão política e, portanto,

⁶ Habermas, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

⁷ Gorelik, Adrián. O romance do espaço público. in: Arte & Ensaios, nº 17. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.

⁸ As historiadoras, a realizar um balanço da produção historiográfica destinada a este tema, afirmam que apesar de possuir numerosas referências ao tema as pesquisas da área da história ainda apresentam certas limitações ao tratar do tema encarando o espaço da cidade de maneira limitadora como cenário no qual se desenrola dado acontecimento, simples depositário de uma certa documentação a ser analisada ou apenas local aonde se desenrolam relações de poder. Ver: Carpintéro, Marisa Varanda Teixeira; Cerasoli, Josianne Francia. A cidade como História. História: Questões e Debates, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009

simbólica e a leitura das cidades⁹. Em seu estudo pioneiro, Choay apresenta argumentos que ajudam a corroborar com o estabelecimento de um vínculo inegável entre as formas de concepção e intervenção das cidades afastando-se da tradicional ideia de um caráter neutro da disciplina do urbanismo já que nenhuma leitura da cidade é neutra. Sua perspectiva segue caminho oposto das concepções advogadas anteriormente na constituição do urbanismo como disciplina que legitimavam as ações sobre a cidade frente a outros campos a partir do suporte concedido pela técnica e do saber especializado. Essas concepções delimitavam a cidade como objeto de maneira limitada, ao contrário de perspectivas que buscaram encará-la a partir de múltiplos ângulos como a de Cauquelin, que encara a cidade como memória do passado e considera que o tempo está presente na constituição do espaço gerando um amálgama de diferentes camadas de sentido¹⁰. Estudos realizados no Brasil também seguiram esta tendência, como os estudos realizados por Bresciani, a partir dos anos 1980, sobre a questão urbana a partir de uma percepção plural, ressaltando as imagens suscitadas pela cidade e como estas evidenciam códigos culturais e abrem novas perspectivas para o seu estudo¹¹.

Nosso trabalho segue essa tendência, evitando, entretanto, os riscos de ignorar o papel importante da materialidade da cidade que deve ser considerada com todas projeções de imaginário como constituinte do fenômeno urbano. Concordamos com a impossibilidade de separação da materialidade e de outras dimensões ao ter em pauta uma investigação que privilegie a constituição urbana enxergando a cidade simultaneamente na sua materialidade como resultante de um processo social e fenômeno cultural. Em relação a aspectos políticos e culturais mais abrangentes, a partir de pesquisa sobre as representações do pan-americanismo sob o ponto de vista dos Estados Unidos, sobretudo na arquitetura, González nos concede arcabouço para pensar como as imagens materializadas no ambiente construído da cidade são alimentadas por dado repertório cultural¹². A partir do exemplo específico de como se forjou a ideia de pan-América nos EUA, González mostra esse ambiente como a materialização sensível de ideologias em disputa. Esses projetos revelam como as expressões arquitetônicas ajudaram a moldar a construção ideológica de um determinado imaginário. Buscamos seguir caminho similar: compreender como essa materialidade deve ser lida, no caso argentino da Plaza de Mayo, para que possamos identificar discursos que se expressam em suas transformações.

⁹ Choay, Françoise. O urbanismo: utopias e realidades – antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979

¹⁰ Cauquelin, Anne. Essai de philosophie urbaine. Paris: PUF, 1982;

¹¹ Bresciani, M. S. As sete portas da cidade. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1981, p. 10-15

¹² González, Robert Alexander. Designing Pan-America: U.S. architectural visions for the Western Hemisphere. Austin-TX: University of Texas Press, 2011

O próprio urbanismo, como afirma Secchi, ao colocar no centro da reflexão um projeto de futuro se torna difusor de esperanças e decepções que nos fazem confrontar com questões de imaginação coletiva. Este se constituiu como um grande conjunto de signos no qual podemos destacar intenções, projetos e ações advindas de pessoas, grupos ou sociedades¹³. Enxergando os territórios como resultados de longo e complexos processos de seleção cumulativa podemos compreender a necessidade de manejar determinadas retóricas para legitimar as próprias transformações materiais já que estas envolvem escolhas prévias que devem ser argumentadas e justificadas.

Neste sentido, cabe perguntar-nos: qual a contribuição de diferentes saberes para o conhecimento da dinâmica urbana? E mais, como se confluem e misturam estes distintos saberes em meio a esta construção teórico-metodológica? Um balanço do percurso das ideias que orientaram as intervenções nas cidades deixa claro que as questões envolvidas nestas problemáticas são muito diversas. A concepção de cidade e a ideia de patrimônio estiveram em constante transformação, já que história e memória interagem dinâmica e dialogicamente na configuração destes discursos. As percepções da cidade são distintas e variam no tempo e entre os diferentes grupos modificando a própria leitura sobre o urbano. A contribuição discursiva é essencial neste contexto, já que a intervenção política na vida urbana envolve valores que são constantemente mobilizados em torno de um projeto e que orientam a compreensão do próprio espaço urbano.

Buenos Aires, por sua condição de capital desde 1880, foi alvo de movimentos e ações do poder público que buscaram transformá-la em uma vitrine para toda Argentina. A gestão do espaço urbano da cidade, que sempre foi alvo de planos que buscaram alterar sua materialidade, passou a apresentar ainda mais desafios a partir da incorporação deste novo papel administrativo.

Diversos espaços públicos representam verdadeiras alegorias do tempo por amalgamarem sentidos e signos relacionados aqueles que os conceberam ou ocuparam, como é o caso da Plaza de Mayo. O espaço da praça é continuamente ressignificado, constituindo novas camadas que atualizam os sentidos e sobrepõem significados renovados, em um espaço utilizado como expressão de poder. Encaramos, portanto, que na praça se acirra uma tensão política, como espaço de disputa cuja visibilidade alcança a nação. As ideias e valores simbólicos que tiveram vigência em diferentes momentos históricos se relacionam diretamente com a concepção do espaço da praça em relação a cidade. Esta discussão articulada entre forma e discurso baseia-se nos valores veiculados pelos projetos executados

¹³ Secchi, Bernardo. Primeira lição de urbanismo. Tradução de Marisa Barda e Pedro M. R. Sales. São Paulo, Perspectiva, 2007

que acabam constituindo o espaço público como espaço de atuação de saberes técnicos e especializados e elegendo algumas cidades ou espaços como privilegiados nesse processo de transformação urbana.

Buenos Aires, ao tornar-se capital, foi claramente escolhida para representar o país e funcionar como espaço privilegiado de modificações que eram almejadas de maneira mais abrangente. André Azevedo definiu capitalidade como processo de recepção de novos valores para a cidade capital que impactam diretamente a arquitetura e a estrutura do espaço urbano. O autor reflete sobre o caso do Rio de Janeiro e como sua capitalidade representou uma de suas maiores referências simbólicas em nacionalmente, simbolismo este que foi sendo redimensionado com o acúmulo de experiências que constituíam e eram constituídas pela urbe. Ainda que o autor tenha delineado as características do conceito pensando especificamente na cidade do Rio de Janeiro, podemos utiliza-lo para pensar na particularidade de Buenos Aires que, como capital, também gozava de papel de destaque em relação à outras cidades do país, mesmo com uma história completamente distinta da cidade brasileira¹⁴. O imaginário urbano de capital reconfigura constantemente as relações estabelecidas com esta cidade.

Por capitalidade entendo um fenômeno tipicamente urbano que se caracteriza pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma maior abertura à novas idéias por parte de uma determinada cidade [...] Este conjunto simbólico, que se desenvolve nas vicissitudes das experiências históricas vividas por esta urbe, identifica a cidade como espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais de uma região ou país, tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem a sua influência. (Azevedo, 2002: 45)

As experiências de renovação da cidade se relacionam com as transformações de seu uso. Ao longo da história, a confluência de Buenos Aires como porto e também como cidade capital foi um importante fator que lhe concedeu papel de destaque e mesmo de “vitrine” de todo o país, como até hoje sustenta, garantindo sua capitalidade que a partir de 1880 – quando adquiriu oficialmente a função de capital argentina – se consolidou. A Plaza de Mayo, sem dúvidas, é um dos espaços que representa essa capitalidade da cidade e, por este motivo, será, ao lado de outros espaços urbanos, eleita como alvo de algumas das principais ações propostas pelo projeto.

¹⁴ Azevedo, André. Nascimento. (Org.). Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002.

3. Planos e Projetos Urbanos como fontes

Um desdobramento advindo da tendência de encarar a cidade e a arquitetura de maneira ampliada que estamos lidando aqui permitiu uma aproximação destes campos com as ciências humanas, o que demanda uma definição de objetos, fontes e métodos de análise para compreender melhor como esta aproximação toma forma em termos de pesquisa. A principal consequência é o alargamento das investigações históricas já que novos temas entram em cena, modificando as narrativas e também possibilitando a revisão daquelas tradicionais à luz de novas fontes com as quais os historiadores não tinham familiaridade.

A inserção das reflexões explicitadas aqui no campo da História deu origem a um movimento de pluralização de fontes que passaram a abarcar fontes urbanísticas que, ao encarnarem papel central em diversos estudos, geraram diversas contribuições para este campo, mas também trouxeram implicações teóricas para o fazer historiográfico. As possibilidades de investigação das cidades são variadas e, para compreendermos os processos, sejam políticos, sociais ou culturais que compõe o espaço urbano, contamos também com uma variedade de fontes. Nesta perspectiva de ampliação dos estudos urbanos, acreditamos ser possível construí-los a partir de diferentes linguagens, considerando áreas – portas conceituais – constituintes da configuração do urbano na contemporaneidade. Importante também para este estudo é a relação entre posições políticas e a leitura feita das cidades que nos faz considerar metodologicamente a análise das concepções de espaço presentes em determinados projetos urbanísticos – buscando-se comparar diferentes temporalidades. Para os historiadores, é interessante percorrer estas fontes já que exibem diversas camadas sobrepostas do tempo.

A consolidação tardia de análises sobre história da cidade no campo da História teve como consequência uma dificuldade de aprofundar determinadas questões teóricas e metodológicas características desta área. As primeiras aproximações realizadas pelo campo da história foram marcadas por análises centradas em fontes urbanísticas mais tradicionais como planos e projetos, além de outras fontes legais. Estudos atuais exprimem abordagem de muitos tipos de documentação buscando apreender o fenômeno urbano tais como jornais, literatura e outros que alargaram ainda mais as possibilidades deste campo de investigação. Entretanto, acreditamos que até mesmo aquelas documentações mais tradicionais resultantes desta aproximação devem ser avaliadas constantemente pela necessidade de incorporação de novas discussões sobre a inserção de outros tipos de fonte ao fazer historiográfico.

Trabalhamos aqui com algumas destas fontes tradicionais, mas acreditamos ser importante destacar uma remanescente dificuldade de lidar com esta documentação que exige ainda o rompimento de algumas visões tradicionais de maneira a permitir não só a incorporação dessas fontes na pesquisa, mas também uma análise inovadora destas a partir de novos ângulos. Buscamos, portanto, romper com a simples visão tradicional que buscava abarcar primordialmente as intervenções do poder público sobre o espaço urbano limitando o entendimento da cidade e do processo de urbanização como um processo majoritariamente resultante de ações de grupos dominantes e homogêneos. Reconhecemos a importância e necessidade de inserir novos atores nesse processo e também, como ressaltamos com nosso estudo de caso, de novas problemáticas a serem impostas às fontes urbanísticas ditas mais tradicionais.

Cada fonte exige a mobilização de distintas discussões sobre sua natureza e, por isso, ao trabalhar com estas devemos estar atentos aos inúmeros desafios que se impõe ao fazer historiográfico que deve buscar compreender a relação entre distintas camadas de significado que estão presentes em um documento e suas ligações e interações com aspectos inerentes a estes ou mesmo extrínsecos. Ao trabalharmos com planos e projetos envolvendo a cidade de Buenos Aires não buscamos limitar nossa visão a um discurso oficial, mas, justamente, problematizar esse discurso e compreender como e porque ele se materializa em busca de legitimação. Encarar a materialidade da cidade relacionada com outras dimensões do urbano nos permite perceber as imbricadas relações com projetos políticos e concepções estéticas que definem o espaço da cidade já que todo elemento que define o tecido urbano “ultrapassa e contém sua dimensão tangível”¹⁵

Assim, buscamos discutir o espaço da praça e sua dimensão política através de documentos produzidos pelas diferentes instâncias governamentais como atas do legislativo e relatórios de ministérios, mas também de planos urbanos e desenhos arquitetônicos que representam desafios aos historiadores mas que, se consideramos uma perspectiva ampliada de cidade e de arquitetura, tornam-se essenciais para a construção de novas narrativas a partir da discussão da maneira como as cidades concebem discursos e como, ao mesmo tempo, são concebidas por estes. A Plaza de Mayo, desde o momento que Buenos Aires torna-se capital, ganha espaço central nas políticas de transformação da cidade pois representa, assim como a cidade, todo o país e, para tal, deve simbolizar materialmente o discurso que se buscava. Os documentos incorporados nessa pesquisa para pensar estas dimensões deste espaço

¹⁵ Carpintéro; Cerasoli, *op. Cit.* p. 100.

urbano que serão vistos aqui são os projetos de melhora pensados para a praça na década de 1880 e o Projeto Orgânico desenvolvido em 1925.

Seguindo a problemática esboçada aqui, escolhemos algumas fontes como centro da análise, especificamente documentos relacionados ao urbanismo, já que nesta época a técnica aparece como forma de advogar a necessidade de controle da produção do espaço em Buenos Aires, demonstrando certa demanda de racionalização e institucionalização dos saberes sobre o urbano. A análise dessas fontes será feita a partir do estabelecimento de alguns parâmetros e proposições. A maneira de projetar a cidade parte de projetos nem sempre consensuais e, por isso, o olhar lançado para estas fontes valorizará visões que buscam discutir, argumentar, justificar, propor e sugerir modificações para o espaço urbano em diversos sentidos. Assim, elas nos ajudam a compreender como esses lugares são concebidos de distintas maneiras e, como este conflito pode ser utilizado para verificar a relação entre as modificações materiais da cidade e os projetos políticos. A ideia é entrecruzar as abordagens presentes nos documentos e compreender suas representações. A reconstituição da história em diálogo com outros saberes permite entrecruzamento da leitura de mapas, projetos, fotos e outras fontes, possibilitando trabalhar com as noções de tempo e espaço sob diferentes perspectivas, acompanhando diferentes momentos históricos a partir de outras práticas discursivas.

Ainda que em 1880 Buenos Aires fosse administrada por uma Comissão Municipal, depois de 1883 criou-se o posto de intendente. Torcuato de Alvear foi o primeiro intendente e ocupara também durante os três anos anteriores à presidência da comissão. Representante da *Generación del 80*¹⁶, Alvear encabeçou projetos que buscavam alterar a imagem da cidade para que esta sustentasse ideias de expansão da ordem e da civilização defendidas pelo grupo. Desta forma, o primeiro conjunto de documentos utilizado nesta pesquisa consiste em uma série de documentos oficiais que envolvem Memórias Municipais, Atas do Poder Legislativo e correspondências de governo que nos auxiliaram a percorrer determinada trajetória e compreender o projeto do arquiteto italiano Juan Antonio Buschiazzo para a praça a pedido do então intendente municipal.

Tal escopo documental nos ajuda a compreender o processo de federalização da cidade, ocorrida em 1880, que reverberou nos anos seguintes, no qual a cidade configurou-se como centro do espaço nacional com a formalização de seu predomínio administrativo. Desde então, consolidou-se a idealização de um projeto civilizatório que transformaria a Capital e

¹⁶ O grupo apelidado de *Generación del 80* era formado por literatos que também ocupavam variadas funções na estrutura da cidade, constituindo a elite responsável por governar a Argentina durante este período cujas ideias e ações emparelhavam-se com o positivismo, pois estes acreditavam plenamente no progresso e acreditando que a ciência e a tecnologia seriam capazes de resolver todos os problemas dessa cidade em vias de se modernizar.

englobaria o país de forma mais geral – buscando uma modernização pautada na construção simbólica de uma capital. Estes documentos corroboram com o entendimento do discurso governamental e o que se buscava para a cidade de Buenos Aires que seria também representação da Plaza de Mayo que foi encarada como espaço representativo deste projeto.

A reforma mais significativa da gestão de Alvear foi a da própria praça que, segundo ele, visava concretizar o desejo de todos de comemorar a nacionalidade argentina através de monumentos públicos. Ainda naquele período, o atual espaço da praça era ocupado pelas Plaza 25 de Mayo e a Plaza de la Victoria, separadas pelo edifício da Recova¹⁷. Em 1882 o intendente recebeu de Buschiazzo um plano e uma descrição de uma proposta para unificá-las: uma proposta coerente com o projeto modernizador da cidade e que incorporava as mudanças no entorno daquele espaço pensando também no embelezamento. O que chama atenção nessa proposta é que ela é apresentada a partir de “tres ideas capitales” que deveriam ser homenageadas nas melhorias da praça, ideias que expressam os cernes nacionalistas deste projeto que estavam alinhados com as pretensões de determinado grupo. Estas ideias eram: a revolução de Mayo, os homens que asseguraram tais conquistas e a voz nacional desta revolução, encarnada no Hino Nacional (figura 1).



Figura 1 – Projeto de Melhoras de la Plaza Victoria. Fonte: CEDIAP.

¹⁷ Uma construção em formato de arcada destinada aos comerciantes locais.

A unificação dos dois espaços foi finalizada em 1884, dando lugar a simbólica praça e a demolição da recova representou um avanço rumo às ideias modernizadoras pretendidas pela Generación del 80. Essa união é vista como forma de celebrar o nascimento da nação argentina que é representada simbolicamente no coração de sua capital. É este tipo de materialização de discurso que pretendemos analisar a partir destas propostas.

O embate evidencia o caráter político da constituição da cidade, como defendemos anteriormente e os desdobramentos dessa relação são corroborados pelos documentos oficiais escritos. Estes outros documentos nos ajudaram a compreender o processo de constituição deste projeto: como as disputas pela demolição da Recova aconteceram no legislativo, como o autor do plano incorporou a retórica pretendida pelo próprio governo, dentre outras nuances. Assim, o projeto que buscou transformar a praça também mobilizou vários argumentos para convencer em busca de seus ideais e deve ser analisado segundo essa perspectiva, bem como o segundo documento que trataremos agora que nos permite observar uma tendência parecida de tratamento privilegiado da praça e de seguimento de determinado discurso por meio da arquitetura buscando o convencimento. Para compreender como se conformou, ao longo da história, o caráter da praça como espaço público representativo, analisaremos um Projeto Orgânico pensado em 1925.

O então intendente da cidade, Carlos Noel, dispôs-se a formar uma equipe de trabalho para estudar o desenvolvimento da cidade e reduzir o desequilíbrio causado pelo crescimento, a qual denominou *Comisión de Estética Edilicia*. Esta era integrada por quatro instituições: a Sociedade Central de Arquitetos, o Ministério de Obras Públicas, a comissão Nacional de Belas Artes e a Municipalidade da cidade de Buenos Aires. Este projeto propunha conciliar uma ampla gama de projetos anteriores e novos como uma espécie de etapa previa a realização de um plano regulador e delineia a intenção de dotar a cidade do que se considerava essencial para consagrar seu status como Capital: esta deveria modernizar-se para simbolizar tudo que buscava representar. A modernização pretendida coincidiu com a introdução gradual de engenheiros dentro dos organismos estatais, consagrando algumas temáticas neste processo.

A comissão trabalhou desde sua constituição em alguns pontos acerca da praça, assinalando o alto conceito estético que seria encarregado de acentuar a monumentalidade da cidade a partir da Casa de Governo rodeada de ministérios (figura 2). A Praça era encarada como local onde se desenvolveu a vida da cidade na época colonial e que havia conservado seu caráter de praça principal da metrópole por motivos essenciais, como a conservação da residência oficial do poder executivo em seu entorno, que fez com que se mantivesse ali também como

centro da vida oficial e das gestões do poder administrativo. Também caberia a mesma observação sobre a sede do Departamento Ejecutivo Municipal, que constituía poderosos e grandes centros de atividades vinculadas com interesses gerais ou privados da população. A localização de grandes instituições bancárias em uma zona próxima concentrou também em suas imediações a atividade privada e oficial das operações econômicas. Além desses grandes centros atrativos, também se localizavam perto o Correio, a Bolsa, a Aduana que constituíam funções de diferentes ordens para a nação. A descentralização desse centro, se não impossível, era tida como de extrema dificuldade, porque não seria possível mudar a localização de algumas instituições devido à sua vinculação e necessidade de mantê-las próximas da zona portuária. Assim, a reforma da praça deveria ser tratada como ponto especial no projeto.

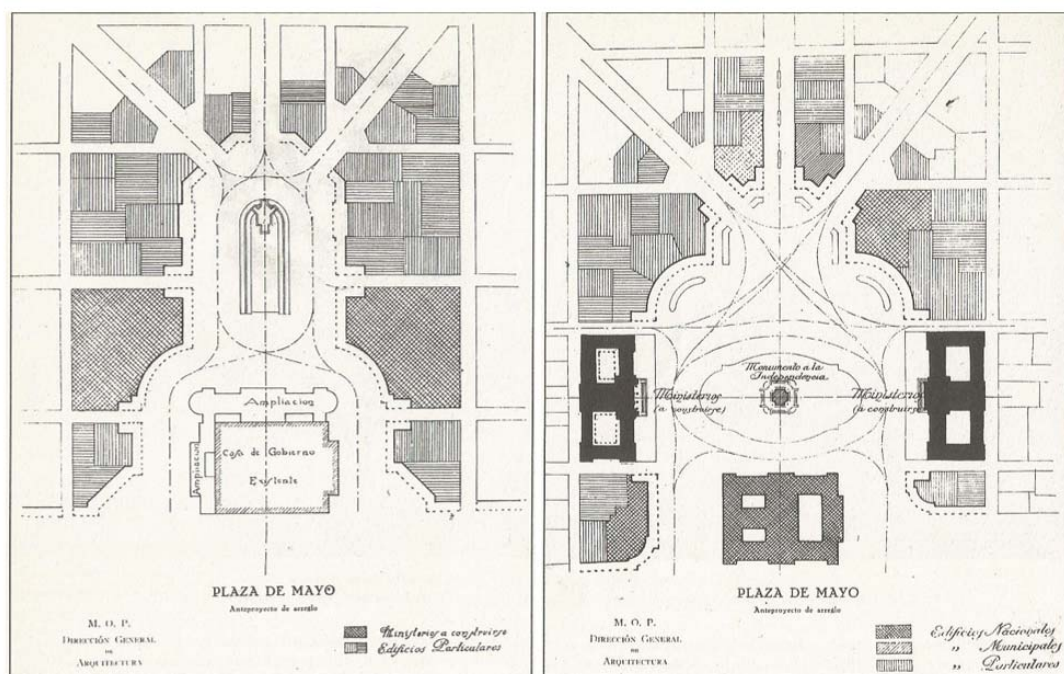


Figura 2 – Propostas de Modificação da praça. Fonte: Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio (Intendencia Municipal).

As propostas de modificação para a praça deixam também claro seu caráter conflitivo além de ressaltar que não existe neutralidade neste tipo de documento. A mudança organizacional dos prédios ao seu redor concedeu-lhe novo significado e nova função, acompanhando e favorecendo a transformação da praça como espaço representativo. Um espaço que reflete interesses específicos e cuja simbologia foi usada para consolidar a representação do poder: que adquire funcionamento de espaço público e possibilita a continuidade deste caráter. É uma luta política que se dá também na esfera pública e, conseqüentemente, no espaço público. Assim como os anteprojetos que são retomados nestas propostas que, deixam clara

a intenção de utilização do espaço público para veicular valores específicos a partir de uma retórica de convencimento.

Alicia Novick faz um balanço do debate atual e classifica que muitos autores diferenciam projeto urbano do plano de urbanismo¹⁸. Segundo ela, o projeto urbano apresentaria diferente vinculação com o tempo pois se incorporaria a largas temporalidades. As definições de projetos e planos, apesar de ainda invocarem debates entre diferentes autores, tem raízes calcadas em noções advindas da arquitetura.

As noções de projeto e de plano envolvem, portanto, complexas interações entre decisões públicas e privadas e se referem à organização de uma composição artística no espaço e no tempo, adequando meios e fins. Como afirma Novick, o objeto da arquitetura seria a produção do projeto enquanto o urbanismo se ocuparia de executar planos, que, por outro lado, marcaria uma interação complexa entre decisões públicas e escolhas privadas. Em meio a estas tensões constitutivas não resolvidas do campo residem importantes questões que ajudam a pensar historicamente estes temas para a cidade de Buenos Aires. As tensões envolvidas entre planos e projeto manifestam alguns dos problemas centrais do urbanismo e elucidam a concepção que a sociedade tem da cidade.

Tanto a arquitetura quanto o urbanismo, portanto, no contexto descrito aqui, são elementos que colaboraram para fortalecer um sentimento nacionalista e que ampliaram o raio de ação destes ideais sendo convertido em veículos portador de valores. Diferentes linguagens são mobilizadas para dar voz a projetos e materializar a ideologia do que significaria ser argentino. Analisar estes documentos permite analisar a relação entre ideias sobre a cidade e as propostas de intervenção para Buenos Aires. O aparecimento de profissionais com nacionalidades distintas favorece retomarmos o pensamento destes campos como também transnacionais. Assim, essas novas fontes, ao serem incorporadas pela história, contribuem para a compreensão de formas de pensar e atuar sobre a cidade em determinados momentos e também como estas ideias incidem diretamente sobre a sua construção. Na busca de documentos com os quais os historiadores estão tradicionalmente mais acostumados a trabalhar nos deparamos com planos e projetos – cartográficos ou não – que buscam incidir, pensar e modificar o espaço urbano. Tentamos entender como estas tendências teórico-metodológicas ajudam a incorporar estes documentos e também nos fazem refletir de novas maneiras sobre os tradicionais documentos que a luz dessas novas metodologias passam a ser encarados como portadores de discursos e ideologias que estão a todo momento se apropriando da cidade.

¹⁸ Novick, Alicia. "Planes versus proyectos: Algunos problemas constitutivos del Urbanismo Moderno. Buenos Aires (1910-1936)". *Revista de Urbanismo*, Santiago de Chile: Universidad de Chile, n.3, 2000.

4. CONCLUSÃO

A formação do espaço através da arquitetura é um processo sócio-político que opera a partir de processos culturais que definem nossas formas de pensar, agir e nos relacionar com o espaço urbano. Isso resulta em diferentes formas de percepção e até mesmo apropriação da materialidade deste espaço. Afinal, diversas linguagens incidem sobre ele e estas são a materialização de um dado repertório. Assim, distintas linguagens podem ser mobilizadas – como foram – para dar voz e materializar a ideologia do que significaria ser argentino: educacionais, estéticas, artísticas, etc. Quando as dimensões políticas e educacionais se unem à arquitetura se forma uma espécie de pedagogia pública que atua como forma de compreensão política, estimulando determinados simbolismos a serem transmitidos e compartilhados por uma dada comunidade

As perguntas que a cidade ainda nos suscita ainda são muitas, além de diversas. Entretanto, talvez seja na busca destas questões e não necessariamente no encontrar de uma resposta que resida a verdadeira compreensão deste objeto. Afinal, recorro aqui de um dos contos do escritor argentino Jorge Luis Borges, intitulado “Do rigor da ciência”, no qual o autor ironiza as próprias pretensões científicas, a partir de uma história da construção de um mapa tão perfeccionista que coincidiu com o tamanho real do Império que buscava representar. Assim como o mapa, também nossas pretensões de conhecimento da cidade não podem coincidir com a real complexidade deste objeto. Afinal, quando nossas pretensões alcançarem o tamanho real do objeto já não nos serão úteis. Por isso, dada a impossibilidade de fidelidade do real, conhecer este objeto não necessariamente quer dizer desvendá-lo por completo mas tentar investigá-lo das mais variadas maneiras para encarar as cidades sob distintas perspectivas.

BIBLIOGRAFIA

Arendt, Hannah. As esferas pública e privada. In: A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p.59-83

Azevedo, André. Nascimento. (Org.). Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002.

Argan, Giulio. Carlo. Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco. Organização de Bruno Contardi. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Barros, José d'Assunção. Cidade e História. Petrópolis: Vozes, 2007.

Bresciani, M. S. As sete portas da cidade. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1981, p. 10-15;

_____. "História e Historiografia das cidades, um percurso" In.: Freitas, M. C. de. Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998

_____. Interdisciplinaridade - transdisciplinaridade nos estudos urbanos. In: Engel, Magali Gouveia; Corrêa, Maria Letícia; Santos, Ricardo Augusto. (Org.). Os intelectuais e a cidade. séculos XIX e XX. 1ªed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012

Carpintéro, Marisa Varanda Teixeira; Cerasoli, Josianne Francia. A cidade como História. História: Questões e Debates, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009

Cauquelin, Anne. Essai de philosophie urbaine. Paris: PUF, 1982;

Choay, Françoise. O urbanismo: utopias e realidades – antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979

González, Robert Alexander. Designing Pan-America: U.S. architectural visions for the Western Hemisphere. Austin-TX: University of Texas Press, 2011

Gorelik, Adrián. O romance do espaço público. in: Arte & Ensaios, nº 17. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.

Habermas, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Novick, Alicia. "Planes versus proyectos: Algunos problemas constitutivos del Urbanismo Moderno. Buenos Aires (1910-1936)". Revista de Urbanismo, Santiago de Chile: Universidad de Chile, n.3, 2000.

Raminelli, Ronald. História Urbana. In: Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo. Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997.

Secchi, Bernardo. Primeira lição de urbanismo. Tradução de Marisa Barda e Pedro M. R. Sales. São Paulo, Perspectiva, 2007